

REFERENCIAL TÉCNICO PARA OS PSICÓLOGOS ESCOLARES

2016

Este documento de trabalho resulta dos contributos recolhidos nas Jornadas de Trabalho de Psicologia e Orientação em Contexto Escolar, que decorreram em Barcelos, Fátima e Carcavelos em junho de 2015, nas quais participaram 126 psicólogos, bem como dos contributos da Ordem dos Psicólogos Portugueses, de Universidades e de psicólogos da administração educativa e das escolas. A todos, muito obrigado.

Por uma questão de facilitação da leitura, os termos utilizados, embora no masculino, referem-se indistintamente ao género feminino e masculino.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1. ENQUADRAMENTO LEGAL E ORGANIZACIONAL	4
1.1. Enquadramento Legal	4
1.2. Enquadramento Organizacional	5
2. PRESSUPOSTOS	6
3. FINALIDADES	7
4. PRINCÍPIOS	8
5. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	9
5.1. Apoio Psicológico e Psicopedagógico	10
5.2. Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas de Relações da Comunidade Educativa	12
5.3. Orientação de carreira	16
5.3.1. Níveis de Intervenção	17
6. MODELO DE INTERVENÇÃO	22
7. PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS	26
7.1. Consultadoria	27
7.2. Avaliação Psicológica e Psicopedagógica	28
7.3. Apoio Psicológico e Psicopedagógico	29
7.4. Projetos e Programas	30
8. INSTRUMENTOS E MODALIDADES DE INTERVENÇÃO	32
8.1. Instrumentos	33
8.1.1. Entrevista Psicológica	33
8.1.2. Testes Psicológicos	33
8.1.3. Observação	34
8.1.4. Relatórios	34
8.2. Modalidades de Intervenção	35
9 - OS PROFISSIONAIS	36
9.1. Perfil Funcional	36
9.2. Perfil de Competências	37
Competências de Base	37
Competências Transversais	37
Competências Técnicas	38
9.3. Condições de Trabalho	38
GLOSSÁRIO	40
BIBLIOGRAFIA	44

INTRODUÇÃO

A psicologia escolar tem merecido um reconhecimento crescente, tanto a nível nacional como comunitário, enquanto elemento fundamental para a aprendizagem ao longo da vida, que concorre para a concretização de objetivos sociais e económicos, nomeadamente ao nível da eficiência e eficácia do sistema educativo, ao promover o sucesso e prevenir o abandono escolar precoce e a desadequação entre as atitudes, capacidades e conhecimentos promovidos nas escolas e as exigências do mercado de trabalho.

A necessidade da intervenção de psicólogos escolares está bem patente em documentos e legislação comunitária e nacional.¹ Por outro lado, as políticas nacionais relativas à promoção do sucesso escolar e da saúde estabelecem áreas de intervenção para as quais estes profissionais podem dar contributos valiosos, na promoção de competências socio emocionais, prevenção de comportamentos de risco e da violência escolar, entre outros.

Neste contexto é, pois, evidente a relevância dos Serviços de Psicologia e Orientação, criados em 1991, a progressiva afetação de psicólogos ao sistema educativo, bem como a necessidade de os capacitar com os conhecimentos, as metodologias, e os recursos que lhes permitam desenvolver a sua atividade com elevados níveis de qualidade. É, pois, chegado o momento de consolidar a prática dos psicólogos escolares, definindo de forma mais clara o seu perfil profissional, os conteúdos funcionais, os procedimentos e os instrumentos a privilegiar, focando a sua intervenção nos domínios que melhor respondem às necessidades atuais do sistema educativo, com base em modelos de intervenção testados e validados cientificamente.

O documento que agora se apresenta resulta de um processo amplamente participado, que envolveu elementos da administração educativa, mais de cem psicólogos escolares de todo o país e a Ordem dos Psicólogos Portugueses. Complementarmente será objeto de consulta pública alargada.

1

Resolução do Conselho sobre Orientação ao Longo da Vida (2008) <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:319:0004:0007:EN:PDF>;
Lifelong Guidance Policy Development : A European Resource Kit <http://www.elgpn.eu/publications/elgpn-tools-no1-resource-kit>;
European Toolkit for Schools Promoting Inclusive Education and Tackling Early School Leaving www.euro.who.int/en/health-topics/healthpolicy/health-2020-the-european-policy-for-health-and-well-being;
EUROPA 2020: A strategy for smart, sustainable and inclusive growth onde é reforçado o papel destes serviços ao definir como objetivos: Assegurar o emprego a 75% da população entre os 20 e os 64 anos; Reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10%; Assegurar que pelo menos 40% da geração mais jovem dispõe de um diploma de ensino superior <http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC2020&from=EN>.

Este Referencial Técnico para os Psicólogos Escolares enquadra-se num projeto mais amplo de qualificação dos Serviços de Psicologia e Orientação que a Direção-Geral da Educação tem vindo a implementar, enquanto estrutura responsável pelo acompanhamento técnico-normativo destes Serviços. Deverá ser considerado por todos os psicólogos em funções em estabelecimentos de educação e formação sob dependência do Ministério da Educação, independentemente da natureza do seu vínculo contratual ou da sua entidade empregadora.

1. ENQUADRAMENTO LEGAL E ORGANIZACIONAL

1.1. Enquadramento Legal

Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) foram criados pelo Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio, concretizando, assim, o previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86). Os SPO são considerados unidades especializadas de apoio educativo, integradas na rede escolar, que desenvolvem a sua ação em escolas e agrupamentos de escolas, da educação pré-escolar ao ensino secundário. De acordo com a legislação, são atribuições destes serviços:

- Contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade;
- Apoiar os alunos no seu processo de aprendizagem e de integração no sistema de relações interpessoais da comunidade escolar;
- Prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica a alunos, professores, pais e encarregados de educação, no contexto das atividades educativas, tendo em vista o sucesso escolar, a efetiva igualdade de oportunidades e a adequação das respostas educativas;
- Assegurar, em colaboração com outros serviços competentes, designadamente os de educação especial, a sinalização de alunos com necessidades especiais, a avaliação da sua situação e proposta das intervenções adequadas;
- Contribuir, em conjunto com as atividades desenvolvidas no âmbito das áreas curriculares, dos complementos educativos e das outras componentes educativas não escolares, para a identificação de fatores psicológicos dos alunos de acordo com o seu desenvolvimento global e nível etário;
- Promover atividades específicas de informação escolar e profissional, suscetíveis de ajudar os alunos a situarem-se perante as oportunidades disponíveis, tanto no domínio dos estudos e formações como no das atividades profissionais, favorecendo a indispensável articulação entre a escola e o mercado de trabalho;
- Desenvolver ações de aconselhamento psicossocial e de carreira dos alunos, apoiando o processo de escolha e o planeamento de carreiras;
- Colaborar em experiências pedagógicas e em ações de formação de professores, bem como realizar e promover a investigação nas áreas da sua especialidade.

A legislação relativa à organização e ao funcionamento do Sistema Educativo Português, nomeadamente no que diz respeito ao Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei n.º 51/2012) e às medidas a adotar para a promoção do sucesso educativo (DL. n.º 17/2016) atribuem aos SPO um papel ativo na prossecução das grandes finalidades associadas ao alargamento da escolaridade obrigatória, à promoção do sucesso escolar, à igualdade de oportunidades para todos e à preparação dos jovens para a transição e inserção no mercado.

A intervenção destes serviços é referida, ainda, nos normativos relativos à Educação Especial e às ofertas educativas que visam a criação das condições necessárias ao sucesso escolar de todos os alunos (por exemplo, a Portaria n.º 341/2015).

1.2. Enquadramento Organizacional

De acordo com os normativos legais em vigor, relativos ao regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, os SPO desenvolvem a sua ação na dependência funcional do diretor da escola² em que se encontram sediados, enquadrados pelos respetivos documentos estruturantes.

O conjunto de atividades a desenvolver anualmente pelo SPO, definido em articulação com a direção da escola, deve enquadrar as áreas de intervenção prioritárias, selecionadas em consonância com o Projeto Educativo da Escola.

No exercício das suas funções, os psicólogos escolares devem pautar a sua ação pelo Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses, publicado em Diário da República a 20 de Abril de 2011. Nos termos do DL. n.º 266-G/2012, densificado pela Portaria n.º 258/2012, compete à Direção-Geral da Educação o acompanhamento técnico-normativo dos SPO.

² O termo escola refere-se a agrupamento de escolas/escola não agrupada

2. PRESSUPOSTOS

A psicologia em contexto escolar está alinhada com um conjunto de pressupostos políticos, teóricos, científicos e técnicos organizadores da sua ação:

- A prevenção do abandono escolar precoce é um desígnio nacional e comunitário;
- As metas da Estratégia 2020 obrigam a um reforço acentuado dos níveis de qualificação e à redução do abandono escolar precoce;
- As Resoluções da Comissão Europeia, 2004 e 2008, sublinham a necessidade de reforçar os serviços de orientação, para que os cidadãos possam adquirir as estratégias para a gestão da sua aprendizagem e das transições entre e dentro da educação/formação e emprego;
- A escola inclusiva é uma exigência social e política que se impõe como cumprimento de valores como a democracia, a justiça social, e o direito de todos à educação;
- A promoção do bem-estar e da saúde mental está em linha com a estratégia nacional do Programa Nacional de Saúde Escolar, bem como as metas e objetivos das políticas da Organização Mundial de Saúde, Health 2020;
- O bem-estar engloba aspetos biológicos, emocionais e contextuais que se entrecruzam de forma determinante;
- A psicologia escolar é parte integrante dos sistemas modernos de educação e formação contribuindo para a promoção do sucesso educativo, para a prevenção do abandono escolar precoce, para a educação inclusiva e para a educação para a saúde e para a cidadania;
- A intervenção em contexto permite uma proximidade e uma atuação integrada com diversos atores educativos que conduz a uma melhor qualidade da resposta educativa;
- A escola favorece a colaboração entre os diferentes agentes educativos, estruturas e serviços da comunidade, facilitando a prestação de serviços compreensivos e integrados a alunos e famílias, potencialmente mais eficientes e eficazes;
- A melhoria contínua dos serviços e estruturas ligados à psicologia e orientação em contexto escolar é uma prioridade nacional.

3.FINALIDADES

Os principais desafios que, direta ou indiretamente, se colocam à psicologia escolar situam-se ao nível da educação, saúde e bem-estar, emprego e equidade social, e estão em consonância com as finalidades comunitárias:

EDUCAÇÃO

- Promover a aquisição de estratégias para uma aprendizagem ativa, de modo a facilitar o desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida;
- Motivar e promover o acesso sustentado à educação e formação, de forma a elevar o nível de qualificação de jovens e de adultos;
- Promover o desenvolvimento global e harmonioso dos alunos capacitando-os para o exercício de uma cidadania plena;
- Facilitar a transição entre níveis e modalidades de educação e formação;
- Acompanhar as crianças e jovens ao longo dos seus percursos educativos e formativos, contribuindo para reduzir o abandono escolar e promover o sucesso educativo.

SAÚDE E BEM-ESTAR

- Promover o bem-estar e a saúde mental dos alunos e reduzir o impacto dos problemas comportamentais, sociais e emocionais no desempenho escolar;
- Promover atitudes, valores e comportamentos que conduzam a estilos de vida saudáveis;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente escolar;
- Capacitar os diferentes agentes educativos para agir neste domínio dentro das suas competências.

EMPREGO

- Promover a mobilidade funcional e geográfica;
- Promover o desenvolvimento flexível de carreira, o empreendedorismo e a proatividade, contribuindo para o acesso ao emprego, para a diminuição do tempo de permanência no desemprego e para a redução da dependência de apoios sociais;
- Contribuir para a melhoria da qualificação e capacitação dos jovens e adultos para responderem às exigências do mercado de trabalho;
- Mobilizar para a permanência no mercado de trabalho até idades mais avançadas, em resposta ao envelhecimento populacional.

EQUIDADE SOCIAL

- Promover a igualdade de oportunidades e a educação inclusiva;
- Contribuir para esbater a crescente polarização do mercado de trabalho;
- Responder às necessidades dos grupos vulneráveis e menos qualificados.

4. PRINCÍPIOS

Tendo em vista a prossecução destas finalidades a atuação dos SPO assenta no seguinte conjunto de princípios:

- *Individualização* - planeamento centrado no indivíduo de modo a que as intervenções possam ser decididas caso a caso, de acordo com as suas necessidades, interesses, capacidades, expetativas e valores, respeitando a liberdade de escolha individual;
- *Abordagem holística* – consideração do indivíduo na globalidade, atendendo aos contextos social, cultural e económico em que interage;
- *Igualdade de oportunidades* – promoção da paridade dos indivíduos, em qualquer momento da sua vida, no acesso à aprendizagem e ao trabalho;
- *Autodeterminação* - respeito pela autonomia pessoal, tomando em consideração não apenas as necessidades do indivíduo mas também os seus interesses e preferências, criando oportunidades para a participação na tomada de decisões;
- *Acessibilidade* – disponibilização dos serviços, no espaço e no tempo, adequados à diversidade de indivíduos;
- *Universalidade* - garante de intervenções acessíveis a todos os que delas possam necessitar;
- *Qualidade* – fundamentação científica e profissionalismo na utilização de métodos, técnicas e instrumentos para intervir;
- *Melhoria contínua* – investimento permanente no aperfeiçoamento tendo em conta, nomeadamente, o *feedback* dos utentes;
- *Confidencialidade* – respeito pela privacidade de informações de carácter pessoal que tenham sido recolhidas no decurso das intervenções e que não se revelem indispensáveis partilhar para favorecer a integração pessoal, social e profissional dos alunos;
- *Imparcialidade* – respeito pelas atitudes e crenças individuais sem discriminação por motivos de ordem religiosa, ideológica, étnica, socioeconómica, de género ou qualquer outra;

- *Transparência* – apresentação clara dos objetivos das intervenções, das informações a transmitir, nomeadamente em suporte escrito, e utilização de uma linguagem compreensível e ajustada às características dos diversos destinatários;
- *Colaboração* - privilegiar uma atuação integrada, promovendo a comunicação, cooperação e coordenação entre os vários intervenientes no processo educativo, estruturas e serviços da comunidade;
- *Equidade e inclusão* - defesa do direito a uma inclusão plena na educação e a uma educação de qualidade para todos, promoção da paridade dos indivíduos no acesso à saúde, bem-estar e trabalho;
- *Respeito pela dignidade e direitos da pessoa* – respeito pela autonomia e autodeterminação das pessoas com quem estabelecem relações profissionais; salvaguarda do respeito pelos princípios do consentimento informado, privacidade e confidencialidade;
- *Respeito pelos direitos dos alunos* - defesa dos direitos fundamentais dos alunos, com ou sem incapacidade, destacando-se aqui o direito de serem ouvidos, de participarem de forma efetiva no seu processo educativo, e o respeito pelo seu superior interesse.

5. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

O psicólogo escolar avalia, planifica intervenções e colabora com os diversos intervenientes da comunidade educativa, com base em evidência científica e técnica. Os papéis e funções podem ser muito variados, incluindo tarefas como a avaliação, o acompanhamento, o aconselhamento e a consultadoria entre outras. Importa referir que estas ações são complementares e podem responder a níveis distintos de intervenção, nomeadamente por recurso a medidas de carácter universal, seletivo e intensivo, ainda que se considere a necessidade de priorizar intervenções de carácter preventivo e promocional.

De acordo com a legislação já mencionada, o psicólogo escolar, enquanto recurso da escola, desenvolve a sua atividade em três domínios: apoio psicológico e psicopedagógico a alunos e professores, apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa e orientação de carreira. As atividades a desenvolver, em cada um destes domínios, variam de acordo com o contexto e as prioridades definidas nos instrumentos de gestão da escola. Estes domínios de intervenção estão interligados e têm um carácter de complementaridade havendo contudo algumas especificidades pelo que irão ser abordados, neste documento, de forma autónoma.

5. 1. Apoio Psicológico e Psicopedagógico

Definição

Conjunto diversificado de atividades que visam contribuir para o desenvolvimento integral do aluno, intervindo a nível psicológico e psicopedagógico ao longo do percurso escolar. Engloba a intervenção direta com os alunos mas, sobretudo, o trabalho colaborativo com educadores e professores na organização de medidas e respostas educativas diferenciadas.

O apoio psicológico e psicopedagógico pretende dotar as crianças e jovens de competências e recursos que lhes permitam um desenvolvimento integral harmonioso e garantir as condições para realizarem aprendizagens significativas. Este apoio centra-se no aluno, devendo ser consideradas características individuais, mas também as do contexto, que será o alvo preferencial desta intervenção.

A intervenção do psicólogo escolar deve iniciar-se o mais precocemente possível visando a criação de ambientes facilitadores do desenvolvimento dos alunos ou eliminando barreiras a esse desenvolvimento. Esta intervenção será predominantemente indireta, numa perspetiva preventiva, podendo em casos excecionais perspetivar-se o apoio direto, grupal ou individual, por períodos limitados, como complemento à consultoria a docentes.

Neste domínio compete ao psicólogo escolar, designadamente:

Atividades

- ✓ apoiar o desenho, a implementação e a avaliação de intervenções alargadas com vista à promoção do desenvolvimento, do sucesso escolar, da saúde e bem-estar de todos os alunos;
- ✓ proceder à avaliação global de situações relacionadas com problemas de desenvolvimento, com dificuldades de aprendizagem, com dificuldades comportamentais e relacionais, com competências e potencialidades específicas, através de processos de avaliação psicológica;
- ✓ colaborar com educadores e professores, na identificação e análise das causas de insucesso escolar prestando aconselhamento em função da situação;
- ✓ colaborar na avaliação e intervenção multidisciplinar;
- ✓ colaborar nos processos de referenciação, avaliação e definição de medidas de educação especial ou outras respostas educativas;
- ✓ propor, de acordo com os pais e encarregados de educação e em colaboração com os serviços competentes, medidas adequadas de resposta educativa.

O apoio psicológico e psicopedagógico é transversal a todos os níveis de escolaridade, independentemente do foco da intervenção assumir algumas particularidades em função do nível etário e dos objetivos das aprendizagens a realizar. Nessa medida, elencam-se exemplos de atividades de referência no âmbito do apoio psicológico e psicopedagógico:

**Docentes
(exemplos)**

- ✓ diferenciação pedagógica, monitorização dos progressos e adaptação das estratégias de ensino ao perfil dos alunos com maiores dificuldades;
- ✓ promoção da literacia e numeraria emergentes;
- ✓ avaliação e organização de ambientes de aprendizagem;
- ✓ elaboração de planos de intervenção psicopedagógica;
- ✓ prevenção da indisciplina;
- ✓ intervenção nas necessidades educativas especiais;
- ✓ processos de antecipação e adiamento de matrícula.

**Alunos
(exemplos)**

- ✓ promoção da literacia e numeracia emergentes;
- ✓ desenvolvimento de competências sociais e emocionais;
- ✓ desenvolvimento de competências de estudo;
- ✓ promoção do envolvimento escolar;
- ✓ prevenção de comportamentos de risco;
- ✓ desenvolvimento de estratégias de *coping*;
- ✓ transição para o ensino superior ou para o mercado de trabalho;
- ✓ transição para a vida pós escolar.

5.2. Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas de Relações da Comunidade Educativa

Definição

Conjunto de atividades que visam mobilizar os diversos agentes educativos, entidades e serviços da comunidade com vista ao desenvolvimento e melhoria das respostas educativas.

Neste domínio de intervenção o trabalho do psicólogo visa, essencialmente, a criação de ambientes de aprendizagem positivos, seguros e saudáveis, que suportem o bem-estar, convocando os diversos agentes locais para um esforço conjunto e continuado. No domínio do apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa, dentro da sua área de especialidade, compete ao psicólogo:

Atividades

- ✓ colaborar com os órgãos de direção, administração e gestão da escola através da elaboração de projetos, de ações de consultadoria, elaboração de documentos e pareceres;
- ✓ colaborar em ações comunitárias destinadas a eliminar e prevenir as retenções e o abandono escolar, a promover a saúde e bem-estar, nomeadamente através da elaboração de projetos, da articulação com instituições da comunidade e da organização de ações dirigidas a diferentes intervenientes educativos;
- ✓ articular a sua ação com outros serviços especializados, de modo a contribuir para o diagnóstico, avaliação e intervenção de crianças e jovens;
- ✓ estabelecer articulações com outros serviços de apoio socioeducativo necessários ao desenvolvimento e implementação de medidas de promoção do sucesso escolar;
- ✓ colaborar em ações de formação e participar na realização de experiências pedagógicas;
- ✓ colaborar com professores, pais e encarregados de educação e outros agentes educativos, na perspetiva do seu aconselhamento psicossocial, através da realização de reuniões com pais e encarregados de educação, da participação nos conselhos de turma e na organização de ações de formação;
- ✓ colaborar na celebração de protocolos, com serviços, empresas e outros agentes da comunidade;
- ✓ articular com outros serviços e recursos da comunidade (Justiça, Segurança Social e Saúde) para promover o desenvolvimento integral dos alunos;
- ✓ desenvolver ações de informação e sensibilização dirigidas a pais e encarregados de educação e comunidade em geral sobre desenvolvimento e aprendizagem.

A necessária complementaridade entre psicólogo, direção, professores, famílias e outros elementos e estruturas da comunidade educativa introduz o compromisso e o envolvimento de todos e conduz a respostas mais diversificadas, abrangentes e adequadas. Na escola, paralelamente a um trabalho individual, de acordo com as competências específicas de cada elemento, há uma complementaridade necessária que se concretiza num trabalho colaborativo, no desenho de linhas orientadoras e formas de intervenção que conduzirão a um processo educativo de qualidade e de melhorias contínuas.

A título exemplificativo, sugerem-se ações e atividades no âmbito do apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa.

**Órgãos de Direção
Gestão e
Administração
Escolar**

- ✓ Colaborar na construção do Projeto Educativo e outros documentos estratégicos.
- ✓ Delinear, com todos os elementos da comunidade educativa, processos, atividades, projetos que criem um ambiente motivador e propício às aprendizagens e ao desenvolvimento psicossocial.
- ✓ Colaborar na conceção, implementação e avaliação de medidas para prevenir o abandono escolar e melhorar a qualidade do sucesso educativo.
- ✓ Participar na elaboração da proposta e na avaliação da oferta educativa e formativa.
- ✓ Participar em processos disciplinares e outros que envolvam situações comportamentais que possam colocar em causa o processo de aprendizagem ou perturbar o clima escolar.
- ✓ Elaborar pareceres e participar na decisão de órgãos de direção da escola relativamente às parcerias externas com entidades que desenvolvem funções nos domínios da psicologia e orientação.
- ✓ Colaborar na constituição das turmas.
- ✓ Propor prioridades de intervenção do SPO em função das necessidades identificadas e do Projeto Educativo do Agrupamento.
- ✓ Recorrer a metodologias cientificamente válidas para a recolha e análise de dados relativos a fatores de risco e de proteção, bem como sobre as suas consequências no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos.
- ✓ Colaborar na definição, implementação e avaliação de processos de comunicação eficaz de conteúdos chave para as audiências diversificadas (alunos, pais, docentes, funcionários, parceiros, entre outros).
- ✓ Colaborar na construção e implementação de planos de melhoria e de sistemas de autoavaliação da escola.

Docentes

- ✓ Colaborar com diretores de turma, conselhos de turma e outros docentes na análise e reforço de facilitadores e barreiras ao desenvolvimento e à aprendizagem, tendo em vista a implementação e avaliação de estratégias tendentes à sua respetiva promoção, prevenção e eliminação.
- ✓ Identificar, propor e apoiar a implementação de estratégias promotoras da aprendizagem.
- ✓ Participar em reuniões de estudos de caso, para análise conjunta das situações, com a finalidade de delinear propostas de intervenção.
- ✓ Desenvolver ações de capacitação, nomeadamente ao nível das práticas inclusivas, das situações de abandono escolar, da indisciplina e da interação com os pais e encarregados de educação.
- ✓ Colaborar na análise de situações de necessidades educativas especiais.

Assistentes Operacionais

- ✓ Desenvolver ações de capacitação ao nível da comunicação e da relação interpessoal.
- ✓ Desenvolver ações de sensibilização promotoras de uma escola inclusiva.
- ✓ Desenvolver ações de sensibilização para a deteção de situações de risco.

Pais e Encarregados de Educação

- ✓ Desenvolver ações de sensibilização.
- ✓ Desenvolver ações de consultoria sobre questões no âmbito do desenvolvimento e processo educativo dos seus educandos.
- ✓ Promover, dinamizar e/ou participar em reuniões de pais e encarregados de educação.

Centros Qualifica

- ✓ Participar em ações e eventos no domínio da oferta educativa e formativa e da transição para o mercado de trabalho.
- ✓ Articular nos processos de transição entre o percurso educativo e formativo.

Centros de Recursos para a Inclusão

- ✓ Analisar conjuntamente situações que requerem apoios adicionais.
- ✓ Identificar facilitadores de práticas inclusivas.
- ✓ Colaborar na definição de respostas educativas e formativas e nos processos de transição para a vida pós-escolar.

Justiça; Segurança Social; Saúde

- ✓ Analisar conjuntamente situações que carecem da articulação de vários intervenientes - Interlocação e Sinalização.
- ✓ Colaborar no encaminhamento de casos.
- ✓ Colaborar na monitorização dos casos, de acordo com as atribuições de cada interveniente.
- ✓ Colaborar em ações de formação em vários âmbitos, nomeadamente na Promoção da Saúde e do Bem-Estar.

Autarquias

- ✓ Participar em eventos sobre a oferta educativa e formativa e noutras iniciativas que promovam o desenvolvimento das crianças e dos jovens.

Ensino Superior

- ✓ Colaborar na organização de atividades de apoio à transição para o ensino superior;
- ✓ Colaborar em atividades de investigação-ação, entre outras.

Tecido Empresarial

- ✓ Colaborar na organização de experiências e formação em contexto de trabalho.
- ✓ Colaborar na organização de eventos no âmbito da capacitação da escola e alunos.
- ✓ Colaborar na organização de Estágios.

5.3. Orientação de carreira

Definição

Conjunto de atividades que capacitam os indivíduos, de qualquer idade e em qualquer fase da vida a identificar as suas capacidades, competências e interesses, tomarem decisões em matéria de educação, formação e emprego e gerir o seu percurso individual no ensino, trabalho e outras situações em que estas capacidades e competências podem ser adquiridas ou utilizadas.

No domínio da orientação, o psicólogo escolar, ao longo do percurso académico, desenvolve um conjunto de tarefas diretamente com os alunos ou em articulação com outros intervenientes da comunidade, nomeadamente:

Atividades

- ✓ apoiar os alunos no processo de desenvolvimento da sua identidade;
- ✓ fomentar a autonomia na pesquisa de informação;
- ✓ apoiar a aquisição de competências de gestão de carreira;
- ✓ realizar ações de informação sobre o sistema educativo e formativo e a oferta existente a nível nacional e comunitário;
- ✓ colaborar na organização e acompanhamento de visitas de estudo e de atividades de aproximação ao mercado de trabalho;
- ✓ apoiar a preparação de experiências de mobilidade;
- ✓ preparar as transições ao longo do percurso educativo e profissional;
- ✓ colaborar e articular com outros serviços de forma a garantir a portabilidade de processos ;
- ✓ dinamizar ações de informação e sensibilização dos pais e encarregados de educação e da comunidade em geral, sobre aspetos inerentes a tomadas de decisão de carreira.

Este domínio de intervenção tem por base o Referencial de Orientação ao Longo da Vida produzido pelo ME (www.dge.mec.pt/psicologia-e-orientacao-em-contexto-escolar). Pretende-se, assim, capacitar os alunos para a construção e gestão equilibrada dos seus projetos de vida e de carreira através da aquisição de estratégias e do desenvolvimento de:

- Autoconhecimento - adotar atitudes e comportamentos que traduzam uma perceção adequada de si próprios;
- Interação eficaz - relacionar-se com pessoas com diferentes características, mantendo uma atitude facilitadora da comunicação ou da interação, gerindo as dificuldades e eventuais conflitos de modo a atingir os objetivos;

- Gestão da informação - utilizar as estratégias adequadas para localizar, recolher e validar informação. Implicar-se em permanência na pesquisa e gestão da informação relevante para a carreira;
- Gestão da mudança – ajustar-se a novos desafios e empenhar-se de forma permanente no seu desenvolvimento e atualização. Dominar as estratégias facilitadoras das transições nos vários contextos de vida e ser um agente de mudança;
- Decisão - analisar e avaliar as diferentes alternativas existentes, ponderando as consequências das opções no imediato e a longo prazo;
- Acesso ao mercado de trabalho - dominar as estratégias de integração e manutenção no mercado de trabalho.

5.3.1. Níveis de Intervenção

Os recursos pessoais a mobilizar na concretização destes objetivos varia de acordo com a natureza e a complexidade subjacente a cada um deles. Na concretização de alguns como, desenvolvimento do autoconceito, gestão da mudança, interação eficaz e decisão, há um processo de reestruturação cognitiva e de interiorização que só é possível através de um trabalho especializado. Relativamente à gestão da informação e acesso ao mercado de trabalho, dada a menor complexidade de que se revestem o grau de aprofundamento da intervenção exigido é significativamente menor. Neste contexto poderemos organizar a intervenção da orientação em três níveis.

1.º Nível

O foco da intervenção é a informação. Os alunos deverão ser capacitados para a gestão da informação, nomeadamente, ao nível da autonomia na pesquisa, na validação, na verificação da credibilização das fontes e na seleção da informação pertinente. Num mundo globalizado e com uma diversidade de fontes de informação é importante que os alunos percebam a aprender a gerir de forma eficaz e eficiente o manancial de informação que está à sua disposição. Deverão ser incentivados a procurar, por eles mesmos, e a terem uma visão global da oferta educativa e formativa, pesquisando não só a oferta nacional, mas também toda a que está disponível no contexto comunitário. As estratégias e as atividades de suporte terão que ser adaptadas ao nível etário de cada grupo de alunos.

Questões a Responder	✓ Que alternativas estão disponíveis ✓ Onde posso estudar ✓ Onde posso fazer ✓ O que faz o profissional de ✓ Como organizar a informação ✓ Como fazer um currículo ✓ Como preparar uma entrevista ✓ Como mobilizar a rede de relações
Atividades	✓ Pesquisa em bases de dados nacionais e estrangeiras ✓ Entrevistas a profissionais ✓ Visitas a certames e eventos ✓ Construção de um portefólio ✓ Simulação de entrevista interpares ✓ Elaboração de um anúncio de emprego ✓ Simulação de respostas a anúncios ✓ Construção do currículo
Intervenientes	✓ Psicólogo ✓ Diretor de turma ✓ Pais e encarregados de educação ✓ Entidades formativas ✓ Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional ✓ Antigos alunos
Dinamização	✓ Grupal

2.º Nível

Com um grau de aprofundamento maior e com maior complexidade, o objetivo da intervenção neste nível é apoiar os alunos no desenvolvimento e na adoção de estratégias que lhes permita relacionarem-se com eles mesmos, com as suas características pessoais e com a diversidade das suas experiências, com as exigências das atividades profissionais e dos currículos dos cursos, contribuindo para uma identidade de carreira mais clara e para a definição de objetivos congruentes.

Questões a Responder	✓ Quem sou ✓ O que valorizo ✓ O que quero investir ✓ Quais são os meus talentos ✓ O que preciso melhorar ✓ O que gosto
Atividades	✓ Avaliação autónoma ou assistida de interesses, valores e aptidões ✓ Desenvolvimento da consciência de si ✓ Exercícios que relacionem a sua identidade com papéis e tarefas futuras
Intervenientes	✓ Psicólogo
Dinamização	✓ Grupal

3.º Nível

A este nível o grau de complexidade e de aprofundamento da intervenção é mais exigente, pois implica reestruturações cognitivas, desenvolvimento de estratégias de *coping* e de adaptabilidade. Este nível de intervenção integra os seguintes aspetos:

Questões a Responder	✓ Como tomo decisões ✓ Como resolvo problemas ✓ Como me avalio ✓ Que competências mobilizo ✓ Que significados têm para mim as experiências, os projetos
Atividades	✓ Exercícios de sensibilização para os facilitadores da atitude criativa ✓ Identificação de Barreiras à Tomada de Decisão e promoção de estratégias para a sua resolução ✓ Exercícios promotores da mobilidade ✓ Técnicas narrativas para exploração de si construção e reconstrução da história de carreira ✓ Promoção de estratégias de adaptabilidade para carreira (curiosidade, confiança, empenho, cooperação) ✓ Promoção de recursos psicológicos (otimismo, esperança, autoeficácia, resiliência)
Intervenientes	✓ Psicólogo
Dinamização	✓ Grupal ✓ Individual

A intervenção da orientação tem um carácter transversal e complementar ao longo do percurso escolar dos alunos, contudo, e essencialmente, com um carácter indicativo, poderão identificar-se alguns objetivos a ser alcançados em cada ciclo.

Quadro 1: Objetivos por Nível de Escolaridade e de Educação³

	Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	E. Secundário
Descrever aspetos positivos de si	*	*	*		
Saber interagir com os pares	*	*	*		
Saber expressar e lidar com os sentimentos	*	*	*		
Identificar as semelhanças entre o papel do estudante e do trabalhador		*	*		
Reconhecer a relação entre as qualificações e o trabalho		*	*		
Identificar a importância de atividades extra curriculares na valorização pessoal		*	*		
Identificar, interesses, valores e aptidões				*	*
Saber autoavaliar-se (pontos fortes e fracos)				*	*
Reconhecer a diversidade como uma mais-valia				*	*
Identificar fontes de informação				*	*
Reconhecer as vantagens da mobilidade académica				*	*
Saber planear e tomar decisões				*	*
Reconhecer as vantagens de ser autónomo e criativo				*	*
Conhecer o sistema educativo e formativo nacional e comunitário				*	*
Saber como aceder ao mercado de trabalho				*	*

³ Adaptado de Taveira (2005)

6. MODELO DE INTERVENÇÃO

O alargamento progressivo da escolaridade obrigatória e a preocupação em melhorar os níveis de sucesso e de inclusão dos alunos tem colocado novos desafios à prática psicológica desenvolvida em contexto escolar.

A necessidade de dar maior ênfase à promoção da qualidade de vida dos indivíduos e dos grupos, bem como às intervenções de carácter preventivo implica que o psicólogo escolar adote novos papéis de intervenção, que lhe permita atuar, não com problemas individuais descontextualizados, mas dentro de um sistema que considere o desenvolvimento integral do aluno, envolvendo os vários elementos que participam nos contextos mais relevantes⁴. Torna-se assim premente a necessidade de implementação de modelos de intervenção que integrem os ambientes diretos em que o aluno interage, num contexto mais amplo, com as suas propriedades físicas, sociais e culturais, que operam direta e indiretamente nos diferentes níveis da interação pessoa-ambiente⁵.

De acordo com as teorias socio construtivistas, o desenvolvimento humano processa-se através de uma interação dinâmica e contínua entre a maturação biológica e as interações sociais, o meio social e cultural em que crescemos. A cultura influencia todos os aspetos do desenvolvimento ao refletir-se nas crenças e práticas educativas. Neste contexto, abordagens estáticas sobre o desenvolvimento da criança e jovem, centradas apenas nos problemas sem consideração pelos fatores biológicos e sociais, dificilmente proporcionam intervenções adequadas. Leituras interdisciplinares e articuladas podem contribuir para uma compreensão de como o processo de desenvolvimento ocorre e como se podem ativar ações que efetivamente contribuam para esse desenvolvimento.

Desta forma, a intervenção do psicólogo escolar deve adotar um modelo que considere os múltiplos fatores que influenciam o desenvolvimento e a aprendizagem. As interações entre o aluno e seus professores, colegas, família, ambiente escolar e comunidade devem ser alvo dum olhar atento por este profissional⁶. Neste sentido preconiza-se a adoção de modelos que traduzem avaliações e intervenções realizadas nos contextos em que os problemas ocorrem.

A definição das intervenções a implementar integra um processo de tomada de decisão decorrente da avaliação e monitorização sistemática das necessidades e progressos dos alunos. Esta lógica de intervenção permite organizar sistemas de apoio focados na instrução e aprendizagem, no desenvolvimento de competências socio emocionais e comportamentais.

⁴ Reynolds & Miller, 2003

⁵ Bronfenbrenner, 1985, 1999, 2005

⁶ Cole e Siegel, 2003

Os modelos *Response to Intervention* (RTI)⁷ e o *School-Wide Positive Behavioral Interventions and Supports* (SWPBIS)⁸ são dois exemplos de intervenção estruturada em múltiplos níveis. Estes modelos, centrados no aluno, recorrem a métodos de avaliação e de resolução de problemas para identificar e intervir em áreas como a aprendizagem e o comportamento, sugerindo-se a necessidade de as avaliações serem frequentes, com recursos a testes referenciados ao currículo, com o objetivo de aferir a situação do aluno e também, para estimar a eficácia dos programas de intervenção subsequentes⁹. O processo de condução destes modelos, numa escola, com avaliações referenciadas ao currículo, obedece a especificidades que é necessário considerar.

Quadro 2. Avaliação/intervenção no quadro de um Modelo Multinível¹⁰

Rendimento académico	Percentagem de alunos abrangidos	Comportamento
Nível III: Intervenção intensiva apenas para alunos que precisam de apoio adicional.	1-5	Nível III: Intervenção intensiva apenas para alunos que precisam de intervenções individualizadas.
Nível II: Intervenção dirigida a grupos específicos que precisam de mais algum apoio, para além da instrução normal.	6-15	Nível II: Intervenção dirigida a grupos específicos que precisam de alguma monitorização comportamental específica.
Nível I: Intervenções universais (ensino regular para todos os alunos).	80-90	Nível I: Intervenções universais (gestão de sala de aula dirigida a todos os alunos).

Aos diferentes níveis correspondem diferentes formas de avaliação e de intervenção. Ainda assim, destaca-se uma avaliação baseada no currículo, de acordo com a qual se descreve a competência, se monitoriza o desenvolvimento e se estimula a evolução em termos académicos ou comportamentais. Os seus componentes principais são a instrução de elevada qualidade, a avaliação universal, a monitorização contínua, a intervenção de base científica e a fidelidade das intervenções. É em função da uma avaliação regular que se tomam decisões em termos da tipologia de intervenção para os diferentes alunos. Esta atuação contribui para orientar práticas pedagógicas e estratégias de gestão da

⁷ www.rtinetwork.org/

⁸ www.pbis.org

⁹ Lopes & Almeida, 2015

¹⁰ Adaptado de Lopes & Almeida, 2015

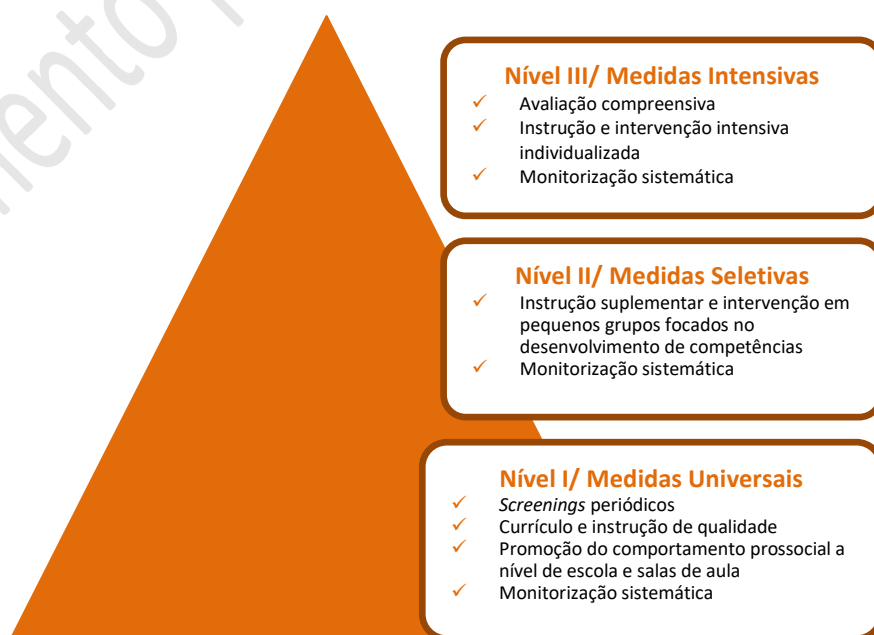
sala de aula que permitam alcançar com eficácia os resultados desejados. A monitorização dos progressos constitui a principal forma de avaliação destas intervenções, devendo ser realizada com recurso a diferentes fontes de informação e em linha dos objetivos traçados.

Os modelos de intervenção multinível envolvem a prestação de um *continuum* de intervenções suportadas empiricamente, organizadas em diferentes níveis de intensidade, disponibilizadas em função da resposta dos alunos à intervenção. A definição das intervenções a implementar integra um processo de tomada de decisão baseado em evidência, isto é, decorrente da avaliação e monitorização sistemática das necessidades e progressos dos alunos.

Um dos aspetos importantes do RTI prende-se com a possibilidade da utilização da informação, acerca dos progressos dos alunos, para tomar decisões que possam ter impacto na vida académica, e comportamental.

As avaliações do tipo *screening* podem ser realizadas no início e em vários momentos do ano letivo, com o objetivo de apoiar a definição de áreas prioritárias de intervenção e identificar os alunos em risco que podem beneficiar de intervenções mais intensivas. Indicadores a nível de escola podem ser igualmente utilizados para apoiar o desenho e a avaliação de intervenções (e.g., resultados escolares, número de suspensões, dados sobre indisciplina, assiduidade e abandono escolar, número e natureza das referências aos diferentes serviços de apoio aos alunos, entre outros).

Fig.1 Modelo em Pirâmide Intervenção Multinível



No Nível I as intervenções têm como objetivo promover o bem-estar e sucesso escolar de todos os alunos. O Nível II inclui serviços dirigidos a alunos identificados como estando em situação de risco ou que evidenciam necessidades de suporte adicionais por não responderem às intervenções de nível I. Neste nível as intervenções são de curta duração, implementadas na modalidade de grupo, criados a partir da identificação de um denominador comum, e visam colmatar necessidades específicas dos alunos.

O Nível III refere-se a intervenções intensivas, implementadas individualmente ou em grupos muito pequenos. Geralmente, requerem uma intervenção especializada e dirigem-se a alunos que não respondem positivamente às intervenções de nível I e II. Em síntese os aspetos fundamentais a ter em consideração em cada um dos níveis são:

Nível I

- Rastreios periódicos e indicadores da escola;
- Identificação de áreas fortes e de necessidades ao nível da escola e dos grupos-turma e intervenções universais e proactivas;
- Promoção do processo de ensino-aprendizagem, da aprendizagem socio emocional e de comportamentos prossociais;
- Consultoria a docentes e monitorização do processo;
- Apoio na definição e avaliação do Projeto Educativo e de Planos Anuais de Atividades;
- Apoio ao Conselho Pedagógico;
- Promoção de ações de sensibilização e de formação de docentes, auxiliares, pais e encarregados de educação;
- Apoio ao desenvolvimento de sistemas de relações da comunidade educativa.

Nível II

- Avaliação adicional;
- Identificação de necessidades adicionais e de grupos alvo/de risco (comparação à média do(s) grupo(s)/turma) e intervenções em grupo e de resposta rápida;
- Desenvolvimento de competências e resolução de problemas de ensino-aprendizagem, sócio emocionais e comportamentais;
- Consultoria a docentes e monitorização Apoio psicopedagógico com grupos de alunos.

Nível III

- Avaliação e identificação de necessidades específicas;
- Instrução e intervenções intensivas e individualizadas (ou em grupos muito reduzidos);
- Resolução de problemas e desenvolvimento de competências específicos, de ensino-aprendizagem, sócio - emocionais e comportamentais;
- Elegibilidade para a educação especial e/ou outros serviços;
- Parcerias escola-comunidade e monitorização sistemática dos progressos.
- Apoio psicopedagógico individual.

7. PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS

A intervenção do psicólogo escolar operacionaliza-se por recurso a diferentes procedimentos e atividades, com uma perspetiva preferencialmente preventiva e promocional, focalizada nas soluções. Considerando as especificidades do contexto escolar, o psicólogo deve ser capaz de avaliar as possibilidades e limites da sua intervenção tendo em atenção um conjunto de pressupostos teóricos, científicos, éticos e deontológicos. Destacam-se princípios específicos de salvaguarda do superior interesse da criança e do jovem, de consentimento informado e respetiva autorização do representante legal, de privacidade e confidencialidade inerentes a todo o processo de avaliação e intervenção psicológica, de respeito pelos limites nas relações profissionais que estabelecem e de observância de outros cuidados inerentes à avaliação e intervenção. O procedimento relativo à sinalização dos alunos bem como os critérios a considerar em termos do momento, do tipo e das prioridades de intervenção devem ficar definidos no Regimento Interno do Serviço. Situações de exceção, que justifiquem a inexistência de sinalização formal, uma intervenção imediata ou a ausência de autorização do representante legal, devem ficar salvaguardadas.

Independentemente dos procedimentos e estratégias a utilizar, a intervenção deve ser holística com reflexo em 5 vetores¹¹:

- Cognitivo - desenvolvendo competências de resolução de problemas e de tomada de decisão;
- Emocional – permitindo a identificação e expressão de sentimentos, o desenvolvimento da autorregulação e de estratégias de *coping*;
- Comportamental – contribuindo para o desenvolvimento de competências comunicacionais, de interajuda e de negociação;
- Motivacional – desenvolvendo expectativas de autoeficácia e de gestão pessoal, de valorização do esforço e da persistência;
- Contextual – promovendo o envolvimento efetivo de todos os elementos da comunidade educativa.

¹¹ Psicologia Escolar – Uma Proposta Científico- Pedagógica (pág. 89).

7.1. Consultadoria

A consultadoria define-se como um processo de resolução de problemas, cujo objetivo é apoiar o consulente no desenvolvimento de capacidades que lhe permitam funcionar mais eficazmente com um cliente, que pode ser um indivíduo, um grupo ou uma organização. Em contexto escolar, representa uma forma indireta de prestação de serviços de educação no âmbito do qual o psicólogo escolar, que assume o papel de consultor, colabora com outros elementos da comunidade escolar no sentido de clarificar, propor soluções e otimizar uma dada situação (individual, grupal, organizacional). A consultadoria distingue-se de outras modalidades de intervenção como sejam a supervisão ou o aconselhamento, nomeadamente quanto à sua natureza triádica. A consultadoria envolve o consultor, um ou mais consulentes e um ou mais clientes. Em contexto escolar o cliente é o aluno mesmo quando a intervenção se dirige a qualquer outro elemento da comunidade educativa. O psicólogo assume a figura de consultor que atua junto de diferentes públicos-alvo (órgãos de direção, administração e gestão escolar, docentes e não docentes, pais e encarregados de educação). Neste caso, a consultadoria assume um formato essencialmente colaborativo e participativo que resulta numa produção coletiva de estratégias de ação dirigidas a objetivos conjuntos. Esta modalidade de intervenção assenta no pressuposto de que a relação do psicólogo com os outros elementos da comunidade educativa se constrói a partir da repartição equitativa de poder, responsabilidade e participação, o que implica o respeito por qualificações, competências, domínios e experiências específicos de cada um. As vantagens do modelo colaborativo de consultadoria são amplamente reconhecidas, designadamente:

- Facilita uma abordagem global e interdisciplinar dos problemas da escola e dos alunos;
- Valoriza os aspetos da relação numa lógica de reciprocidade, conhecimento, compreensão mútuos e negociação de decisões;
- Enfatiza a mutualidade dos processos e o respeito pela diversidade;
- Cria condições para ultrapassar padrões de autoridade e de dependência, na medida em que o poder é partilhado e a natureza da ação emancipatória.

O processo de Consultadoria não é casuístico nem acidental, desenvolve-se de forma intencional e estruturada numa sequencialidade de fases.

Quadro 3: Fases da Consultadoria¹²

Estabelecimento da relação de consultadoria
Diagnóstico da situação
Recolha de dados
Definição de objetivos, funções e ações no âmbito da relação de consultadoria
Identificação e desenvolvimento dos recursos necessários
Tomada de decisões
Conclusão do processo de consultadoria

A participação em reuniões de conselhos de turma para definição de planos e estratégias de atuação, a colaboração com as direções na definição da oferta educativa, a participação no conselho pedagógico são exemplos de operacionalização da estratégia de consultadoria numa sequência não linear, mas resultante da sua ação intencional no quotidiano da escola.

7.2. Avaliação Psicológica e Psicopedagógica

A avaliação psicológica refere-se a um processo de identificação do problema, de recolha, análise e interpretação da informação, com recurso a estratégias e instrumentos diversificados. É focalizada no indivíduo, devendo considerar-se as diferentes dimensões da sua vida, com o objetivo último de apoiar a intervenção. Neste sentido, numa primeira fase de análise, o psicólogo decide da pertinência de uma avaliação psicológica.

A avaliação psicopedagógica poderá resultar do trabalho e consultadoria com docentes e centra-se nos processos de ensino e produtos de aprendizagem dos alunos, recorrendo a estratégias e instrumentos de natureza formal e informal, com e sem aferição à norma.

No âmbito de avaliação psicológica e psicopedagógica identificam-se os processos psicológicos e compreende-se o indivíduo integrado nos contextos. Importa, ainda, ter em consideração um conjunto diverso de aspetos, nomeadamente, quanto ao processo de sinalização, aos procedimentos de recolha de dados, à elaboração de relatórios de avaliação, à partilha e devolução dos resultados e à intervenção e recomendações subsequentes.

Relativamente aos procedimentos de recolha de dados, colocam-se questões inerentes ao contacto com os diferentes intervenientes educativos e tipologia de mecanismos e instrumentos. Considerando-

¹² Adaptado de Fagan & Wise, 2007

se a necessidade de uma avaliação compreensiva e holística da situação, o psicólogo pode incluir elementos de análise do processo individual do aluno, de entrevista a pais, professores, de análise de produtos de aprendizagem e de outros elementos que considere relevantes, de observação em contextos diversificados e de aplicação de instrumentos de avaliação. A escolha dos instrumentos é uma decisão técnica que serve o propósito de responder ao objetivo inicial, pelo que deve ser devidamente cuidada e fundamentada. Quanto à compilação dos resultados de avaliação, levantam-se questões relativas à elaboração de relatórios, realização de reuniões para devolução de resultados e partilha de informação e atuação em equipa multidisciplinar. A análise e integração dos resultados da avaliação permitem indicar algumas recomendações ao indivíduo em avaliação. Após a realização da avaliação psicológica, é necessário proceder-se à devolução dos resultados ao representante legal e garantir que a partilha da informação com outros profissionais é devidamente autorizada.

7.3. Apoio Psicológico e Psicopedagógico

O apoio psicológico e aconselhamento podem definir-se como um processo relacional de ativação dos mecanismos de funcionamento psicológico, com o objetivo de promover o bem-estar e a funcionalidade dos indivíduos. Coloca um conjunto diverso de questões, nomeadamente quanto à opção por modelos e técnicas específicas, à modalidade de intervenção (presencial/à distância; individual/coletiva), às condições e recursos (tempo, espaço, materiais), aos limites e limitações e, ainda, ao treino e supervisão.

O Quadro 4 apresenta um conjunto de questões que poderão auxiliar o psicólogo na opção pela modalidade de aconselhamento.

Quadro 4: Questões Orientadoras no Âmbito do Aconselhamento¹³

Em que medida é que o aconselhamento poderá contribuir o funcionamento geral da escola?

Que indivíduos e contextos serão abrangidos pelo aconselhamento (aluno, professor, família, pessoal não docente)?

Qual a disponibilidade dos serviços para a concretização do aconselhamento?

Em que medida se conseguirá o sucesso do aconselhamento?

Em que medida o aconselhamento poderá conduzir a mudanças significativas e permanentes no comportamento do aluno?

Qual o tempo necessário?

Qual o prognóstico provável se o aconselhamento não ocorrer?

Quais os serviços mais adequados para o seguimento clínico do caso e como pode ser despoletado esse processo?

¹³ Adaptado de Fagan & Wise, 2007

O apoio psicopedagógico tem como principal objetivo potenciar a aprendizagem e a aquisição de estratégias fundamentais para a performance académica. Concretiza-se, preferencialmente de forma indireta, através da capacitação dos professores e outros agentes educativos, para que possam intervir na resolução de problemas comportamentais, para potenciarem a sua prática pedagógica e para desenvolverem nos alunos estratégias potenciadoras da autorregulação da aprendizagem, da tomada de decisão e da resolução de problemas. Independentemente de assumir a forma direta com o aluno ou indireta, o acompanhamento psicopedagógico desenvolve-se em três fases: avaliação, definição de objetivos e elaboração do plano de intervenção.

O Quadro 5 sintetiza um conjunto de questões que poderão auxiliar o psicólogo na preparação e implementação de uma ação de apoio psicopedagógico.

Quadro 5: Questões Orientadoras no Âmbito do Apoio Psicopedagógico

Em que medida é que o apoio psicopedagógico se enquadra no projeto de promoção do sucesso educativo da escola?

Em que domínios vai incidir o apoio psicopedagógico (comportamental, cognitivo, afetivo, socio relacional)?

Qual a duração e a calendarização?

Em que medida responde às expetativas e necessidades dos alunos e docentes?

Como e quem identificou a necessidade de implementar uma intervenção no âmbito do apoio psicopedagógico?

Qual o carater da intervenção (remediativo ou preventivo)?

7.4. Projetos e Programas

O psicólogo desenvolve, ainda, um conjunto diversificado de atividades que se podem configurar nas modalidades de projeto e/ou programa. O projeto define-se como o conjunto altamente integrado de recursos e atividades interligadas, organizados no sentido de providenciar um serviço ou serviços.

Os projetos devem ser contínuos, permanentes e integrados na cultura institucional. Devem, também, contemplar serviços abrangentes e compreensivos, que incluam múltiplos componentes, atividades e contextos, métodos e estratégias diversificados, duração, momentos e intensidade adequados e avaliação sistemática de resultados.

Quadro 6: Princípios Orientadores de Organização¹⁴

Princípios	Definição
Compreensivo	Intervenções alargadas que incluem múltiplos componentes e diversos contextos, por forma a dirigir-se a um conjunto alargado de fatores associados à situação/problema.
Métodos e técnicas variadas	Intervenções com métodos e técnicas diversificadas que respondem a diferentes dimensões da situação/problema.
Duração e Intensidade	Intervenções de duração e intensidade adequadas de forma a produzir os efeitos desejados ao longo do tempo.
Orientados pela teoria	Intervenções devidamente enquadradas e fundamentadas do ponto de vista teórico e científico.
Relações positivas	Intervenções que promovem interações, relações e apoios estáveis e positivos.
Timing adequado	Intervenções ocorrem no momento adequado, tendo em conta o potencial impacto na vida dos participantes, destacando-se o caráter precoce das mesmas.
Relevância sociocultural	Intervenções desenhadas de acordo com crenças e práticas culturais de grupos específicos e normas comunitárias locais, de forma a garantir a sua adequação e relevância.
Avaliação de resultados	Intervenções com objetivos claros, operacionais e suscetíveis de avaliação sistemática.
Profissionais especializados	Intervenções implementadas por profissionais com competências técnicas e científicas sólidas e adequadas, resultantes de treino suficiente, apoio e supervisão.

A elaboração de projetos envolve um processo de planeamento que implica, em conjunto com a escola, analisar os contextos e as suas necessidades, aprofundar a forma como as situações e os problemas são definidos e quais os recursos existentes, identificar prioridades e grupos-alvo, definir um guião de ação e prever mecanismos de avaliação e monitorização.

O Quadro 7 apresenta um conjunto de questões orientadoras da organização de projetos de intervenção.

¹⁴ Adaptado de Nation et al., 2003

Quadro 7: Questões Orientadoras da Organização de Projetos e Programas¹⁵

Dimensões	Questões
Avaliação de necessidades/recursos	Quais as necessidades, objetivos e recursos da escola?
Estabelecimento de objetivos	Qual a população-alvo, os objetivos e resultados desejados para a escola?
Ciência e boas práticas	Como é que a intervenção incorpora o conhecimento científico e as boas práticas no domínio em questão?
Colaboração e competência cultural	Como é que a intervenção se articula com outros projetos em curso?
Promoção de competências	Que competências são necessárias para a implementação do projeto ou programa?
Planeamento	Como é que esta intervenção será levada a cabo?
Avaliação do processo	Como será avaliada a qualidade da implementação?
Avaliação dos resultados e do impacto	Que resultados foram obtidos?
Gestão da qualidade global e melhoria contínua	Como vão ser incorporados os resultados, tendo em vista a melhoria contínua?
Sustentabilidade e institucionalização	Se a intervenção for bem-sucedida, como poderá ser mantida?

8. INSTRUMENTOS E MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

Cada vez mais, o psicólogo escolar é envolvido em processos de mudança intervindo de uma forma mais abrangente e holística com todos os elementos da comunidade educativa. Nestas situações é necessária uma fundamentação especializada e uma visão integrada das informações disponíveis ou a recolher e das estratégias de intervenção a mobilizar. Para o efeito recorre a um conjunto de instrumentos, recursos e modalidades de intervenção que o ajudam na sua ação, seja ela de carácter preventivo, ou mais direcionada para a resolução de problemas. Neste sentido, a identificação clara dos instrumentos, recursos e modalidades de intervenção a utilizar por estes profissionais são cruciais para a eficácia da intervenção.

¹⁵ Adaptado de Wandersman, 2003

8.1. Instrumentos

A entrevista psicológica, os testes psicológicos, a observação e os relatórios constituem-se como os principais instrumentos de que o psicólogo escolar dispõe. A opção pela utilização destes instrumentos de forma isolada ou em complementaridade depende do objetivo da intervenção.

8.1.1. Entrevista Psicológica

A entrevista é uma técnica de recolha de dados que possibilita o levantamento de um conjunto de informações. Com base na relação entre duas ou mais pessoas, assenta na assunção de papéis diferenciados e no controlo dos objetivos, por parte do profissional que a conduz. Uma entrevista permite que se obtenha um conjunto de dados significativos que devidamente relacionados podem conduzir a um plano de intervenção ou reconstruir um novo eixo de ação.

Na preparação da entrevista, o psicólogo deve considerar tanto o contexto educativo, como o contexto familiar e social, podendo delinear como objetivos a exploração de dados relativos à situação pessoal, familiar e educativa do aluno.

Em função dos objetivos a alcançar o psicólogo escolar determina o tipo de entrevista a utilizar e perspetiva o seu guião. Poderá, assim, recorrer a entrevistas estruturadas, compostas por tópicos e listagens de questões pré-definidas, tendencialmente fechadas, que pretendem recolher respostas rápidas e precisas; entrevistas semi-estruturadas, compostas por perguntas fechadas e abertas, sem uma ordenação rígida; e entrevistas abertas, essencialmente de caráter exploratório, conferindo grande liberdade tanto ao entrevistador como ao entrevistado em termos dos tópicos a abordar.

8.1.2. Testes Psicológicos

Num processo de avaliação psicológica, o recurso a testes psicológicos pode ser justificável, contudo, importa fazer a distinção entre o processo de avaliação e a aplicação de provas de avaliação. A avaliação psicológica é um processo abrangente, da competência exclusiva dos psicólogos, na qual a aplicação de testes se pode revelar necessária.

Efetivamente, a utilização de testes implica uma série de conhecimentos de base, designadamente, aqueles que se referem à seleção adequada e parcimoniosa dos mesmos, à estatística descritiva, fidelidade, validade, interpretação normativa, procedimentos de administração e elaboração de hipóteses interpretativas, numa lógica compreensiva dos diferentes tipos de resultados. A utilização de um instrumento desta natureza é indissociável, tanto da sua cotação e interpretação, como da

integração dos resultados num contexto mais alargado de informações que tem em vista responder a um objetivo específico.

O recurso a testes psicológicos pode auxiliar o psicólogo na sua avaliação e contribuir para contornar alguma parte da subjetividade das suas perceções, contudo a leitura isolada e descontextualizada dos resultados dos testes pode permitir descrever aspetos do funcionamento psicológico provável dos alunos, mas não o definem em termos absolutos, daí a relevância da complementaridade de outras fontes de informação, designadamente a observação dos alunos e das suas produções em contextos diversificados.

8.1.3. Observação

Um método comum de recolha de dados acerca do comportamento e funcionamento de alunos, bem como da sua interação com o meio envolvente, é a observação em atividades de rotina. A observação pode ter como enfoque o aluno individual, grupos de alunos, o grupo turma, mas também a sala de aula (organização do espaço, recurso, práticas pedagógicas, interações, etc.). De igual modo, pode variar em termos do seu grau de estruturação, incluindo observações casuais, em que o observador determina os eventos, a frequência do registo e a riqueza do detalhe da informação que regista; observações por amostragem de tempo de comportamentos; registos de acontecimentos e subsequente análise funcional; observações com recurso a *checklists* ou *rating scales*.

8.1.4. Relatórios

O relatório, no âmbito de um processo de avaliação psicológica, é um documento técnico que organiza e sistematiza a informação recolhida através de diferentes fontes e modalidades, tanto relativas às características individuais do avaliado, como dos contextos onde ele se insere. Deve conter a apreciação global das diferentes fases do processo de avaliação, a análise qualitativa e quantitativa dos testes psicológicos, caso tenham sido aplicados, e a análise integrada de todos os elementos que contribuam para uma melhor compreensão do aluno.

Na elaboração de um relatório, deve ser tido em conta o destinatário, uma vez que este tipo de documentos poderá ser lido por um conjunto heterogéneo de intervenientes (alunos, pais, professores, diretores, entre outros). Neste sentido, deverá ser acautelada a utilização de linguagem técnica, salvaguardando-se a precisão e mantendo a objetividade e a clareza. Ao optar-se pela apresentação de dados quantitativos, estes devem ser criteriosamente selecionados e explicados

tendo em conta o destinatário do relatório. Tendo presente o respeito pela confidencialidade, deve ser especificado quem tem acesso aos dados dos relatórios.

Atendendo ao destinatário e aos objetivos pode constar do relatório:

- Informações sobre o contexto familiar e social;
- Dados referentes aos marcos do desenvolvimento do aluno;
- Dados referentes ao percurso educativo;
- Motivo que está na origem da avaliação psicológica;
- Identificação dos instrumentos (entrevista, testes psicométricos, observações, entre outros) utilizados no processo de avaliação;
- Resultados obtidos nos diferentes instrumentos de avaliação utilizados;
- Síntese interpretativa dos resultados numa compreensão holística da situação;
- Propostas de intervenção.

8.2 Modalidades de Intervenção

Compete ao psicólogo escolar delinear a modalidade de intervenção adequada às necessidades e características dos alunos e da comunidade educativa, tendo por referência o conhecimento científico disponível em matéria de boas práticas. As modalidades de intervenção poderão ser individuais ou em grupo, envolvendo a interação face-a-face ou passando até por uma intervenção a distância. O psicólogo intervém individualmente sempre que a natureza associada à intervenção ou as características do aluno não sejam passíveis de uma abordagem coletiva. Alicerçadas no papel dos pares, na partilha de vivências e no desenvolvimento de atitudes, as intervenções em grupo acrescentam valor concorrendo para:

- estimular o desenvolvimento e a aprendizagem por via das interações sociais, da tutoria e modelagem interpares;
- desenvolver o autoconhecimento através das interações eu-outros;
- identificar e desenvolver potencialidades, no sentido de se tornarem mais autênticos e produtivos na consecução dos seus objetivos;
- rentabilizar as aprendizagens através da modelagem interpares;
- aprender a enfrentar situações novas, a ultrapassar dificuldades, a pensar de forma mais criativa e a confiar em si e nos outros.

A disponibilização de serviços a distância deverá ser considerada como válida atendendo às suas virtualidades quer ao nível do acesso, quer ao nível da rentabilização de recursos, constituindo-se como um canal alternativo na disponibilização de intervenções em complementaridade às formas presenciais. Efetivamente o recurso às TIC, de forma complementar às intervenções presenciais, permite prestações de serviços integrados, inovadores e flexíveis.

As redes sociais, *chat-rooms*, *skype*, *blogs*, o *email* e as páginas *web* das escolas podem ter um papel importante na disponibilização de serviços promovendo a discussão e a partilha entre os jovens. Torna-se, também, mais fácil o envolvimento nos projetos e programas da escola e, eventualmente, a possibilidade de estabelecerem colaborações e parcerias com instituições da comunidade envolvente, que de outra forma estariam inacessíveis. Poderão ainda facilitar reuniões e ações de consultadoria com pais e professores, por vezes dificultadas por constrangimentos vários.

A utilização da tecnologia pode auxiliar os alunos no desenvolvimento de competências de gestão de carreira, designadamente, a explorar, a construir e a reestruturar a informação de uma forma ativa, possibilitando-lhes, dessa forma, uma manipulação direta da informação e uma maior implicação na tomada de decisão. A grande expansão da informação disponível na Internet tem permitido, no domínio da orientação, o acesso e exploração de vários recursos, como instrumentos de avaliação e bases de dados. São exemplos de alguns destes recursos o sítio na *web* do Centro Euroguidance Portugal, a base de dados Ploteus e o Vi@s, entre outros.

No domínio do apoio psicopedagógico, a utilização de ferramentas como fóruns e blogs, por exemplo, poderão ser úteis para promover e dinamizar programas de intervenção (como a prevenção de comportamentos aditivos e dependências e a prevenção da violência, entre outros).

9 - OS PROFISSIONAIS

9.1. Perfil Funcional

O psicólogo escolar promove o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos, colaborando com o pessoal docente e não docente, família e parceiros para criar ambientes de aprendizagem seguros, saudáveis e contentores.

Intervém a nível psicológico e psicopedagógico com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos, nomeadamente através dos domínios e procedimentos definidos nos pontos 5 e 7 deste documento.

9.2. Perfil de Competências

Os psicólogos escolares são detentores da especialidade de psicologia da educação, concedida pela Ordem dos Psicólogos Portugueses¹⁶, integram as equipas que, nas escolas, apoiam alunos e professores no processo ensino-aprendizagem-ensino. Para tal, utilizam os seus conhecimentos aprofundados sobre psicologia da criança e do adolescente; psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; psicologia da carreira; comportamento humano; organização escolar e contextos de aprendizagem. Para além desta formação de base deverão possuir as seguintes competências:

Competências de Base

- *Aprendizagem* – disponibilidade para aprender; estabelecimento dos próprios objetivos de aprendizagem; identificação das diversas fontes e ocasiões de aprendizagem; atualização dos conhecimentos e práticas profissionais; integração da teoria e da investigação na atividade;
- *Comunicacionais* – compreensão e expressão oral e escrita; interação adequada às características de diferentes interlocutores; compreensão e transmissão de informação sob diferentes formas e em diferentes suportes;
- *Gestão da informação* – localização, recolha e organização da informação utilizando as tecnologias de informação e comunicação adequadas;
- *Resolução de problemas* – avaliação objetiva das situações e problemas sob diversos pontos de vista; reconhecimento das dimensões humanas, interpessoais, técnicas e científicas envolvidas num problema; criatividade e inovação na procura de soluções; aplicação de soluções; confirmação da sua eficácia;
- *Relacionais* - capacidade de construir relações interpessoais e de criar empatia.

Competências Transversais

- *Flexibilidade* – atitude positiva face à mudança; realização de diversas tarefas e projetos em simultâneo; realização de trabalho individualmente e em grupo; pesquisa e proposta de diferentes formas de concretização do trabalho para atingir os objetivos;
- *Resiliência* – atitudes e comportamentos impulsionadores da ação adaptativa do indivíduo para lidar com problemas, superar obstáculos e/ou resistir à pressão em situações complexas e, mesmo, adversas, salvaguardando o seu equilíbrio psicológico;

¹⁶ Aos profissionais que integrem os quadros permanentes dos Agrupamentos de Escolas e das Autarquias aplicam-se condições específicas definidas em regulamento próprio.

- *Responsabilidade* – estabelecimento de objetivos e prioridades; planificação e gestão do tempo e de outros recursos para atingir as suas metas; comprometimento com as suas próprias ações e com as dos grupos em que se insere;
- *Trabalho em equipa* – compreensão e atuação na dinâmica de diferentes grupos de trabalho; colaboração para a organização e satisfação dos objetivos do trabalho conjunto; respeito pelas ideias e contributos dos outros elementos; motivação ou liderança de grupos.

Competências Técnicas

- Conhecimento aprofundado dos modelos da Psicologia Escolar e da Educação (aprendizagem, motivação, cognição, entre outros), da Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento;
- Domínio de diferentes modelos e modalidades de apoio psicopedagógico, aconselhamento, colaboração e comunicação aplicáveis a indivíduos, grupos e famílias;
- Conhecimento aprofundado das teorias da Psicologia de Carreira (modelos de desenvolvimento de carreira; modelos de intervenção em orientação);
- Compreensão dos fundamentos das dinâmicas evolutivas da sociedade e das suas problemáticas específicas, do mercado de trabalho e do sistema de educação/formação;
- Conhecimento aprofundado dos modelos, métodos e técnicas de avaliação psicológica e domínio na sua aplicação (seleção, administração, cotação e interpretação de resultados de testes psicológicos; realização de entrevistas; observação naturalista);
- Domínio dos métodos e técnicas de dinamização de grupos e da sua aplicação;
- Domínio dos processos de integração, sistematização e transmissão de informação escrita, bem como de interações adequadas a diferentes contextos;
- Competências de produção escrita de relatórios, pareceres e outros documentos formais;
- Conhecimento e respeito pelos princípios inerentes ao código de ética e deontologia dos psicólogos portugueses;
- Conhecimento aprofundado da legislação em vigor no âmbito da educação, formação e áreas adjacentes bem como relativamente ao exercício das funções de psicólogo escolar.

9.3. Condições de Trabalho

De forma a garantir a qualidade dos serviços prestados no âmbito da psicologia e orientação em contexto escolar, existe um conjunto de condições que devem estar asseguradas:

- Espaço de trabalho com condições que garantam os princípios de qualidade, privacidade e confidencialidade.
- Instrumentos técnicos atualizados, aferidos e adaptados aos diferentes públicos-alvo.

- Formação em serviço, supervisão, intervenção e participação noutras atividades que contribuam para a qualidade dos serviços prestados.
- Observância por parte dos órgãos de direção e gestão da escola dos limites da atuação do psicólogo, designadamente no que diz respeito ao código deontológico destes profissionais e respetivas implicações em termos de prática em contexto escolar.
- Participação nas estruturas da escola, tomando conhecimento das informações e atividades desenvolvidas e também, participando ativamente na análise, reflexão e tomada de decisões a nível organizacional.
- Eliminação de hiatos na disponibilização de serviços, através da colocação de técnicos em consonância com o calendário escolar.
- Inclusão destes serviços nos documentos estruturantes do agrupamento, bem como participar na sua organização/construção.
- Definição no plano de trabalho e no horário de tempos para planeamento, preparação de atividades, participação em reuniões e outras ações de suporte à intervenção.

Documento para consulta pública

GLOSSÁRIO

Abandono Escolar Precoce – desistência do sistema educativo ou formativo sem ter adquirido uma formação qualificante.

Adaptabilidade da Carreira – atitudes e competências implicadas nas escolhas relacionadas com a perspetiva de futuro, a autonomia e os recursos para a obtenção de informação e a tomada de decisão.

Ambientes de Aprendizagem – espaços previamente organizados para promoverem oportunidades de aprendizagem que se constituem de forma única a partir das interações que se estabelecem. Dependem da gestão do espaço educativo, o qual envolve elementos estruturais (tempos, espaço físico, materiais) e dinâmicos da situação (relação pedagógica, estilos de autoridade, discurso pedagógico, organização das atividades e suas transições, graus de participação dos aprendentes, entre outros).

Autoconceito – representação que o indivíduo tem de si próprio e que se vai desenvolvendo ao longo da vida, em função das interações que estabelece em diferentes contextos, constituindo-se como um dos determinantes das escolhas que efetua. Esta perspetiva pessoal que o indivíduo tem de si mesmo pode não ser coincidente com a heteroavaliação.

Avaliação Psicológica - processo de identificação do problema, de recolha, análise e interpretação da informação, com recurso a estratégias e instrumentos diversificados. É focalizada no indivíduo, devendo considerar-se as diferentes dimensões da sua vida, com o objetivo último de apoiar a intervenção.

Capacitação - dotar os indivíduos de conhecimentos, competências e atitudes com vista à realização de uma ação ou à resolução de um problema. A capacitação pressupõe o uso das faculdades autogoverno que conduzem ao comportamento autónomo, nomeadamente a possibilidade de criar, resolver adversidades, sugerir alternativas de progresso e criar ambiente adequado.

Competências Específicas/Técnicas/Instrumentais –associadas diretamente ao desenvolvimento de uma profissão, podendo ser adquiridas nos sistemas de educação e formação e no exercício de uma atividade laboral.

Competências Gerais – adquiridas, fundamentalmente, nos sistemas de educação e formação, podem ser exercidas em diferentes contextos e, consequentemente, transferíveis para outros domínios de vida.

Competências Socio Emocionais - envolvem a identificação e expressão de sentimentos, o desenvolvimento da autorregulação e de estratégias de *coping*; orientam o comportamento e a tomada de decisão.

Competências Transversais – adquiridas, fundamentalmente, na interação com os outros e nas experiências não formais de aprendizagem; são competências comuns a diversas atividades sendo, por isso, transferíveis.

Comportamentos de Risco – condutas que podem por em risco a saúde física ou psíquica. Inclui-se nesses comportamentos os que causam dano físico imediato, autoagressões ou tentativas de suicídio, ou comportamentos cujos efeitos poderão ser cumulativos, como o consumo de substâncias, ou comportamentos sexuais de risco.

Constelação ou Sistema de Autoconceitos – conjunto articulado de autoconceitos específicos de um mesmo indivíduo, reportados a diferentes papéis (profissional, colega, cônjuge, amigo, associado, etc.). Este sistema tem meta dimensões que permitem descrevê-lo em termos de estrutura, harmonia, flexibilidade, idiosincrasia e predominância dos autoconceitos. Os autoconceitos são, ainda, descritos em termos de dimensões (atributos do *self*, como a inteligência, pragmatismo, etc.) e de meta dimensões (características das dimensões dos autoconceitos, como a autoestima, clareza, abstração, estabilidade, certeza e realismo).

Consultadoria - processo de resolução de problemas cujo objetivo é apoiar o consulente no desenvolvimento de capacidades que lhe permitam funcionar mais eficazmente com um cliente, que pode ser um indivíduo, um grupo ou uma organização. O psicólogo escolar assume a figura de consultor e, nesta perspetiva, desenvolve uma ação indireta relativamente aos alunos através da ação direta junto de outros profissionais ou intervenientes educativos.

Dificuldades de Aprendizagem - discrepância significativa entre aquilo que é esperado em função da idade e aquilo que efetivamente é realizado em termos académicos.

E-orientação/ orientação a distância – intervenção de orientação ou aconselhamento disponibilizada por recurso às tecnologias de informação e comunicação. Pode implicar a mediação de um técnico (*webchat*, mail, sms ou redes sociais) ou consistir na disponibilização de informação ou de exercícios de auto avaliação através da internet.

Estilos de Tomada de Decisão – modo como os indivíduos tomam decisões, nível de vinculação dessas decisões a informações e de assunção de responsabilidade sobre as decisões que tomam. O estilo de tomada de decisão é, geralmente, categorizado em consciente/lógico/racional e em intuitivo. Num mesmo indivíduo podem coexistir potencialmente vários estilos de tomada de decisão, admitindo-se a possibilidade de se poderem operar transformações nos estilos de tomada de decisão.

Estimulação Cognitiva – estratégias que contribuem para que os processos mentais se tornem mais complexos. Provoca alterações na forma de pensar.

Estratégias de Aprendizagem – plano sistemático orientador do trabalho escolar com vista a atingir os objetivos desejados.

Estratégia de Coping - conjunto de estratégias cognitivas e comportamentais desenvolvidas pelo sujeito para lidar com as exigências internas e externas que são avaliadas como excessivas.

Exploração de Carreira – processo psicológico que sustenta, ao longo da vida, as atividades de procura e de processamento de informação ou o teste de hipóteses acerca do próprio indivíduo e do meio circundante, com vista à prossecução de objetivos vocacionais. A exploração não consiste num mero comportamento de procura de informação sobre o meio mas, antes, num método básico de aprendizagem e de desenvolvimento vocacional, que envolve a atividade cognitiva de interpretar, reinterpretar ou recrear experiências passadas e projetá-las no futuro, constituindo-se a exploração de si próprio e a exploração do meio como duas dimensões do mesmo processo e não como dois processos distintos.

Gestão de Carreira – processo através do qual cada indivíduo desenvolve, implementa e monitoriza os objetivos e estratégias vocacionais dirigidos para a concretização de aspirações, desejos e necessidades inerentes à relação que mantém com a aprendizagem e o trabalho. Esta relação (eminentemente dinâmica, de vinculação, de investimento) resulta, assim, num processo permanente de negociação entre o indivíduo e o meio, ou seja, de exercício de poder pessoal na interação com o

poder social. Entre outros aspetos, esse poder faz-se sentir nos compromissos que a todo o momento cada indivíduo tem de realizar em virtude da pressão exercida pelas condições económicas, pelas normas sociais impostas e mantidas pelos mecanismos de aceitação no grupo, pelos modelos e teorias subjacentes à conceção das condições de vida ou, inclusive, pelos modos de comunicação entre as pessoas, isto é, pelos constrangimentos inerentes aos modelos de organização da estrutura social de oportunidades.

Inclusão - processo que visa responder à diversidade de necessidades de todos os alunos incrementando a sua participação na aprendizagem, na cultura e na comunidade.

Indicador – elemento ou variável que permite medir as alterações associadas a uma intervenção.

Indisciplina -refere-se aos comportamentos que põem em causa a prossecução das tarefas e atividades de ensino-aprendizagem, o são convívio e o respeito por um conjunto de deveres sociomorais, valores e padrões culturais que se considera deverem presidir às relações entre as pessoas no quadro institucional da escola e da aula.

Literacia Emergente – conjunto de conhecimentos, competências e atitudes que antecedem a aprendizagem da leitura e da escrita.

Maturidade de Carreira – prontidão para lidar com as tarefas de desenvolvimento da fase em que o indivíduo se encontra, para tomar as decisões de carreira exigidas socialmente. Alguns autores, como Savickas continuam a aplicar este conceito e não o de adaptabilidade de carreira em relação ao desenvolvimento da carreira na adolescência, uma vez que nesta fase da vida a maturação assume um papel central.

Orientação - conjunto de atividades que capacitam os indivíduos, de qualquer idade e em qualquer fase da vida a identificar as suas capacidades, competências e interesses, tomarem decisões em matéria de educação, formação e emprego e gerir o seu percurso individual no ensino, trabalho e outras situações em que estas capacidades e competências podem ser adquiridas ou utilizadas.

Papel – função a desempenhar em momentos específicos do ciclo de vida e que envolve um conjunto de atividades bem definidas. Em diferentes momentos da vida de cada indivíduo a interação de papéis pode assumir formas diversas que é preciso ter em consideração nas intervenções de orientação: *Conflituoso* (quando um papel desempenhado num determinado momento ou antecipado interfere negativamente com outro papel, designadamente, com o de trabalhador); *Compensatório* (quando um papel desempenhado ou antecipado compensa aspetos negativos de outro papel, nomeadamente, o de trabalhador); *Complementar* (quando o desempenho simultâneo de vários papéis potencia os aspetos positivos de cada um deles).

Percursos Curriculares Alternativos – medida de redefinição do percurso escolar, com carácter temporário e excecional, a adotar com grupos específicos de alunos que não demonstrem progressos nos resultados escolares, após esgotadas outras medidas.

Perfil de Empregabilidade – conjunto de atributos e características pessoais que condicionam ou determinam a capacidade de um indivíduo se integrar, manter e adaptar ao mercado de trabalho.

Plano Individual de Transição – instrumento de planeamento que consubstancia o processo de transição do aluno para a vida pós-escolar, elaborado em consonância com a situação, motivação e capacidades do aluno.

Programa Educativo Individual – documento legal que estabelece as respostas educativas consideradas adequadas a cada aluno e fundamenta a afetação dos recursos necessários.

Psicólogo Escolar – técnico com especialização na área da psicologia. Disponibiliza um conjunto alargado de intervenções focalizadas no desenvolvimento das crianças e jovens integradas no sistema de ensino, famílias e outros agentes. Intervém ao nível individual e do sistema com o objetivo de promover ambientes de aprendizagem positivos, onde crianças e jovens de diferentes contextos e com diversas características podem desenvolver-se.

Resolução de Problemas – processo cognitivo que consiste na procura de um caminho adequado para alcançar um objetivo.

Saliência de Papéis – importância relativa dos diversos papéis desempenhados pelo indivíduo. A importância atribuída a cada papel varia, tendencialmente, em função do nível etário e da estrutura específica de vida de cada indivíduo. Nos períodos de transição, nomeadamente de situações de emprego para desemprego e de um para outro emprego, ocorrem também alterações na importância conferida aos diferentes papéis. A análise da saliência dos papéis pode efetuar-se a partir de um conjunto de componentes estruturadas em três níveis. O primeiro nível refere-se à *Adesão* (ligação afetiva a um papel), à *Participação* (tempo e esforço despendidos no desempenho de um papel) e ao *Conhecimento* (informação e compreensão acerca do papel). O segundo nível é também constituído por três componentes resultantes da combinação das componentes do primeiro nível: *Envolvimento* (conjugação da adesão e participação); *Interesse* (combinação da adesão com o conhecimento ou participação); *Compromisso* (expresso pela participação com o conhecimento do papel). A *Importância*, constituinte do terceiro nível, consiste na combinação do *Envolvimento*, *Interesse* e *Compromisso*.

Tomada de Decisão – processo de organização e reorganização da informação numa escolha ou ações, geralmente ocasionado por um problema que ocorre e se refere a uma transição, constituindo-se, simultaneamente, como um processo de desenvolvimento do indivíduo, inscrito na dinâmica da relação consigo próprio e com o meio, e como um modo de transformação dessa relação. No processo de tomada de decisão encontra-se implicada a ação do indivíduo e a sua orientação para objetivos, integrando informações sobre o *self* e sobre as realidades e avaliando alternativas de modo adaptativo.

Transição – acontecimento ou não concretização de um acontecimento previsto, que transforma as relações, as rotinas, as crenças e os papéis de um indivíduo, sendo por ele percebido e sentido como uma rutura na sua vida. Esta mudança ocorre cada vez com mais frequência nas trajetórias pessoais e profissionais, dada a maior escassez de carreiras contínuas, e cuja antecipação e modo de a enfrentar é determinante para a evolução individual.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, L. S., Franco, A., Soares, L. D., Alves, A. F., & Gonçalves, P. (2013). O psicólogo escolar face aos desafios da escola de futuro. In I. E. Rego & S. N. Caldeira (Eds.), *Prevenir ou remediar: Contextos para a intervenção em psicologia* (17-41). Braga: Psiquilíbrios.
- Almeida, L. S., & Peixoto, F. (2011). Psicologia da educação. In M. P. Lopes, P. J. Palma, R. B. Ribeiro, & M. Pina e Cunha (Eds.), *Psicologia aplicada* (47-68). Lisboa: RH.
- Bray, M. A., & Kehle, T. J. (2011). Introduction: On Such a Full Sea and We Continue to Flounder. In M. A. Bray & T. J. Kehle (Eds.), *The Oxford Handbook of School Psychology* (3-5): Oxford University Press.
- Bronfenbrenn, U. (2005). *Making Human Beings: Bioecological Perspectives on Human Development*. The Bioecological Theory of Human Development (3-15). Sage.
- Buffum, A., Mattos, M., & Weber, C. (2009). *Pyramid response to intervention: RTI, professional learning communities, and how to respond when kids don't learn*. Bloomington, IN: Solution Tree.
- Burns, M. K., & Gibbons, K. A. (2008). *Implementing response-to-intervention in elementary and secondary schools: Procedures to assure scientific-based practices*. New York: Routledge/Taylor & Francis Group.
- Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses, publicado em Diário da República a 20 de Abril de 2011.
- Coelho, V.A., Marchante, M., Raimundo, R., & Jimerson, S. (2015). Educational psychology in Portugal: Results of the 2013 international school psychology survey. *School Psychology International*. 37 (1). (18-31). doi: 10.1177/0143034315605422
- Cole, E., & Siegel, J. A. (Eds.). (1990). *Effective consultation in school psychology*. Toronto: Hogrefe & Huber.
- Direção Geral de Saúde (2015). *Programa Nacional de Saúde Escolar 2015*. Disponível em http://www.spp.pt/UserFiles/file/EVIDENCIAS%20EM%20PEDIATRIA/015_2015_AGO.2015.pdf
- Doll, B., & Cummings, J. A. (2008). Best practices in population-based school mental health services. In A. Thomas & J. Grimes (Eds.), *Best Practices in School Psychology V* (1421-1437). Bethesda, MD: The National Association of School Psychologists.
- Duarte, M. E., Lassance, M. C., Savickas, M. L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J.-P., Guichard, J., Soresi, S., Van Esbroeck, R., & van Vianen, A. E. M. (2009). A construção da vida: Um novo paradigma para entender a carreira no século XXI. *Revista Interamericana de Psicología/ Interamerican Journal of Psychology*, 44(2), (392-406).
- ELGPN Progress Report 2013-2014. *A report on the work of the European Lifelong Guidance Policy Network 2013-14*. Finland: Finnish Institute for Educational Research.
- EUROPA 2020: *A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC2020&from=EN>
- European Commission (2016). *European toolkit for schools promoting inclusive education and tackling early school leaving*. Disponível em <http://www.schooleducationgateway.eu/en/pub/resources/toolkitsforschools.htm>
- Fagan, T. K., & Wise, P. S. (2007). *School psychology: Past, present and future* (3rd ed.). Bethesda, MD: National Association of School Psychologists.
- Farrell, P. T. (2006). Developing inclusive practices among educational psychologists: Problems and possibilities. *European Journal of Psychology of Education*, 21(3), 293-304. doi:10.1007/BF03173417
- Fernández-Ballesteros, R. (2001). *Introducción a la evaluación psicológica I*. Madrid: Pirâmide.
- Guichard, J., e Huteau, M. (2001). *Psicologia da Orientação*. Instituto Piaget.
- Gutkin, T. B., & Song, S. Y. (2013). Social justice in school psychology: a historical perspective. In D. Shriberg, S. Y. Song, A. H. Miranda, & K. M. Radliff (Eds.), *School psychology and social justice: Conceptual foundations and tools for practice* (15-28). New York, NY: Routledge/Taylor & Francis
- Harlacher, Aaron (2008). Clearing the Confusion: Response-to intervention as a Set of Principles. *Education and Treatment of Children*, 31(3), (417-431).
- Hartung, Paul J. (Ed); Savickas, Mark L. (Ed); Walsh, W. Bruce (Ed), (2015). *APA handbook of career intervention, Volume 1: Foundations*. APA handbooks in psychology., (243-257). Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Health 2020: the European policy for health and well-being*. Disponível em www.euro.who.int/en/health-topics/healthpolicy/health-2020-the-european-policy-for-health-and-well-being

- Hirschi, A. (2012). The career resources model: an integrative framework for career counselors. *British Journal of Guidance and Counseling*, 40, (369-383).
- Hooley, T (2014). *The Evidence Base on Lifelong Guidance : A Guide to Key Findings for Effective Policy and Practice*. ELGPN : <http://www.elgpn.eu/publications/browse-by-language/english/elgpn-tools-no-3.-the-evidence-base-on-lifelong-guidance/> <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:319:0004:0007:PT:PDF>
- Jimerson, Shane R., Burns, Matthew K., VanDerHeyden, & Amanda M. (2016). *Handbook of response to intervention*. New York, Springer.
- Lopes, A. R. & Teixeira, M. O. (2012). Objetivos vocacionais, auto-eficácia e sucesso escolar. Relato de pesquisa em ambiente multicultural. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(1), 7-14. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-33902012000100003&script=sci_arttext
- Lopes, J., e Almeida, L. (2015) Questões e modelos de avaliação e intervenção em Psicologia Escolar: O caso da Europa e da América do Norte. *Estudos de Psicologia - Campinas* 27 (2), (75-85).
- Mallen, M. J., Vogel, D. L., Rochlen, A. B., & Day, S. X. (2005). Online Counseling: Reviewing the Literature From a Counseling Psychology Framework. *The Counseling Psychologist*, 33, (819-871).
- Mendes, S. A., J., I. M. P., Almeida, L. S. & Simeonsson, R.J.(2014). School Psychology in Portugal: Practitioners. Characteristics and Practices. *International Journal of School & Educational Psychology*, 2(2), 115-125. doi:10.1080/21683603.2013.863171
- Mendes, S. A., Lasser, J., Abreu-Lima, I. M. P., & Almeida, L. S. (2016). All different or all the same? Exploring the diversity of professional practices in Portuguese school psychology. *European Journal of Psychology of Education*. doi:10.1007/s10212-016-0297-6
- Merrel, K.W., Ruth, A.E., & Peacock, G.G. (2012). *School psychology for 21st century: Foundation and practices* (2nd ed.) New York, NY: The Guildford Press.
- Nastasi, B. K. (2000). School psychologists as health-care providers in 21st century: Conceptual framework, professional identity, and professional practice. *School Psychology Review*, 29(4), (540-554).
- Nastasi, B. K. (2004). Meeting the challenges of the future: Integrating public health and public education for mental health promotion. *Journal of Educational Psychological Consultation*, 15(3), 295-312. doi:10.1207/s1532768xjepc153&4_6
- Nathan, R., and Hill L. (2006). *Career Counselling*. SAGE Publications.
- Nation, M., Crusto, C., Wandersman, A., Kumpfer, K. L., Seybolt, D., Morrissey-kane, E., & Davino, K. (2003). *What works in prevention: Principles of Effective Prevention Programs*. *American Psychologist*, 58, (449-456).
- Oliveira, J.H. (2007). *Psicologia da Educação*. Livpsic.
- Power, T. J. (2000). The school psychologist as community-focused, public health professional: Emerging Challenges and implications for training. *School Psychology Review*, 29(4), (557-559).
- Relatório da rede de referência de psiquiatria da infância e adolescência. Disponível : http://www.acss.min-saude.pt/portals/0/documento%20t%C3%A9cnico%20de%20suporte_rrh_psiq%20ia_vers%C3%A3o_%2023%20nov.pdf
- Resoluções do Conselho (2004 e 2008) http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/guidance/resolution2004_pt.pdf
- Reynolds, C. R., & Shaywitz, S. E. (2009a). Response to Intervention: Prevention and remediation, perhaps. *Diagnosis, no. Child Development Perspectives*, 3(1),44. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1750-8606.2008.00075.x>
- Reynolds, C. R., & Shaywitz, S. E. (2009b). Response to Intervention: Ready or not? Or, from wait-to-fail to watch-them-fail. *School Psychology Quarterly*, 24(2) ,130-145. <http://dx.doi.org/10.1037/a0016158>
- Santrock, J.W. (2009). *Psicologia Educacional*, Mc Graw Hill.
- Savickas, M. L. (2013). *Career construction theory and practice*. In S. D. Brown, & R. W. Lent (Eds.), *Career Development and Counseling: Putting theory and research to work* (148–185). NJ: Wiley.
- Silva, A.L. & Marujo, H.A. (2005). Consulta Psicológica em contexto escolar: competências, possibilidades, recursos e outros tesouros. In M. C. Taveira (Eds.). *Psicologia escolar: Uma proposta científico-pedagógica*. Coimbra: Quarteto.

Simões, M. R., Machado, C., Gonçalves, M. & Almeida, L. (Coord.) (2008). *Avaliação psicológica. Instrumentos validados para a população portuguesa*. Coimbra: Quarteto. Vol II. 2ª Edição.

Sultana, R.G. (2008) From Policy to Practice: A Systemic Change to Lifelong Guidance in Europe. Thessaloniki: CEDEFOP.
Swanson, J.L., and Fouad, N. (1999). *Career Theory and Practice*. SAGE Publications.

Taveira, C. (Org.) (2005). *Psicologia Escolar- Uma Proposta Científico- Pedagógica*. Quarteto.

Vourinen, R., Watts A. (2012). Lifelong Guidance Policy Development: A European Resource Kit.
<http://www.elgpn.eu/publications/elgpn-tools-no1-resource-kit>

Wandersman, A., & Florin, p. (2003). Community interventions and Effective Prevention. *American Psychologist*, 58 (6/7), (441-448). Doi: 10.1037/0003-066X.58.6-7.441.

Winch, C., e Paixão, P. (2013). *Ensino Profissional*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Woolfolk, A., Hughes, M., e Walkup, V. (2008). *Psychology in Education*. Pearson.

Ysseldyke, J. E., Burns, M.K., Dawson, P., B., Morrison, D., Ortiz, S., & Telzrow, C. (2006). *School psychology: a blueprint for training in practice III*. Bethesda, MD: National Association of School Psychologists.

Documento para consulta pública

Documento para consulta pública